

ACRISE ATINGE A AMAZÔNIA

Lúcio Flávio Pinto

Jornalista, colaborador de CIÊNCIA HOJE

A pesar da crise econômica brasileira, não cessaram os investimentos em grandes projetos na Amazônia. Sofrendo os efeitos do fechamento do crédito internacional e da inanição cambial do país, ainda assim prosseguem as obras da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, o maior empreendimento do setor público em toda a história da região, no valor de 7,5 bilhões de dólares; o consórcio multinacional Alcoa-Shell acelera o ritmo do maior projeto privado desta década no Brasil, o complexo industrial de São Luís, no qual gastará 1,5 bilhão de dólares de recursos próprios; a Companhia Vale do Rio Doce também sustenta o Projeto Ferro Carajás, de 3,7 bilhões de dólares; a Companhia do Jari, sucessora do império montado pelo milionário norte-americano Daniel Ludwig, torna-se a terceira maior empresa privada do país em patrimônio.

Todos esses números, porém, indicam com segurança apenas uma coisa:

por possibilitar a abertura de uma nova frente econômica, a Amazônia deverá continuar crescendo, a não ser que a crise provoque a desintegração completa da economia do país. Mesmo que isso viesse a ocorrer, no entanto, ainda haveria uma possibilidade de sobrevivência para a região caso as empresas estrangeiras, que acompanham com muito interesse o que ocorre no país e os seus reflexos na maior fronteira de recursos naturais do planeta, não fossem expurgadas da vida nacional.

Uma área capaz de incorporar novas riquezas ao processo produtivo terá necessariamente que continuar a receber investimentos. Sem grandes incrementos na atividade econômica, como poderá o Brasil sair de sua atual situação de "déficit" permanente nas transações correntes e amortizar a dívida externa, aceita a premissa do go-

verno de que é mesmo possível pagá-la? Os grandes projetos em andamento na Amazônia terão, por isso, importância fundamental na estratégia que visa resolver os compromissos internacionais do Brasil através do comércio exterior: todos eles visam justamente a venda de grandes quantidades de matéria-prima no estrangeiro.

Sustentada essa política de expansão da atividade econômica na fronteira justamente no momento em que a capacidade de investimento do capital nacional está violentamente abalada e o Estado reduz visivelmente a sua presença pioneira, o avanço sobre a Amazônia provocará inevitavelmente a ampliação de grau de sua internacionalização. Num país levado à obsessão do dólar a qualquer custo, a Amazônia será fatalmente imolada no altar das negociações.

É certo que uma parte considerável das grandes corporações econômicas internacionais não está podendo dispor no

momento de capital ou convicção empresarial para iniciar novos empreendimentos na Amazônia. Mas esta suspensão temporária não deve ser entendida como perda de interesse. Muito pelo contrário.

As empresas "globais" já não têm mais dúvida de que parcela considerável das matérias-primas indispensáveis à economia mundial é encontrável na Amazônia. E que ainda é muito mais atraente fazer sua extração na região do que na maioria das regiões do globo, principalmente pelas facilidades aqui propiciadas pelo governo. Certamente elas apenas aguardam momentos ainda mais propícios. Sem poupança própria e premido pelos compromissos em dólar, o governo brasileiro só dispõe das multinacionais para dar destinação econômica à diversidade de bens existente em território amazônico.

A opção pela continuidade do crescimento regional está, assim, vinculada a uma associação mais estreita com a economia internacional. Os exemplos começam a ser numerosos. Para permitir a transferência do controle do Projeto Jari, como era a intenção de Daniel Ludwig — entre outros motivos porque o empreendimento perdera toda a sua viabilidade econômica a médio prazo — o governo aceitou assumir os pesados encargos financeiros em nome do consórcio de 22 das maiores corporações econômicas nacionais. O compromisso já lhe custou 180 milhões de dólares, mas deverá pesar ainda mais se o governo quiser evitar o malogro total do projeto agro-industrial e pecuário do milionário norte-americano.

Foi também por causa desses compromissos que o governo permitiu a Ludwig vender à Alcoa a jazida de bauxita que possuía no rio Trombetas. Os direitos de lavra do norte-americano já haviam caducado, e por isso a mina poderia reverter gratuitamente ao patrimônio público. Mas o governo preferiu não exercer esse direito, autorizando a transação. Não se sabe quanto a Alcoa pagou a Ludwig (fala-se em 250 milhões de dólares), mas a jazida vale atualmente cerca de seis bilhões de dólares.

Com essa mina, a Alcoa aumentou seu poder de pressão sobre a Mineração Rio do Norte (MRN), que tem nas vizinhanças um vasto depósito de bauxita em atividade. Em vez de repetir os mesmos investimentos, a Alcoa quer comprar da MRN a bauxita, mas enfrenta a resistência da Alcan, uma das sócias da Rio do Norte. Como argumento para receber a matéri-

a-prima — a preço atraente — a Alcoa dispõe da ameaça de, explorando sua mina, fazer baixar o preço internacional e inviabilizar o negócio da concorrente.

Força para realizar o que promete a Alcoa provou que tem quando virtualmente liquidou o projeto da Alunorte. Ofereceu à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a um consórcio de empresas japonesas, associados no projeto, entregar-lhes alumina a um preço no mínimo 30% mais barato do que lhes custaria se eles próprios a fabricassem. Como a Alcoa conseguirá a façanha, estando a 1.600 quilômetros da jazida de bauxita e a 600 quilômetros do projeto Albrás-Alunorte, ninguém sabe dizer. Mas mesmo admitindo que a manobra não passe de *dumping*, a CVRD e os japoneses aceitaram, colocando a Alunorte na geladeira e mantendo apenas a implantação da fábrica de alumínio.

Certas decisões são inexplicáveis se não forem analisadas pela ótica da dependência do país. A CVRD, por exemplo, tem feito uma intensa ginástica financeira para manter em obras a ferrovia Carajás-Itaqui, através da qual vai escoar a produção de ferro do sul do Pará. A ferrovia custará 2,5 bilhões de dólares e servirá sobretudo para transportar minério bruto. Já o governo não dispõe de 180 milhões de dólares para concluir o sistema de transposição da barragem de Tucuruí. Com isso, condenará o rio Tocantins (mais de dois mil quilômetros de extensão, desde o planalto central até o litoral norte) a ficar represado por muitos anos, não aproveitando a oportunidade para ampliar, através da hidrovía, a capacidade de transporte da região. Para o seu desenvolvimento integrado, a hidrovía seria muito mais importante do que a ferrovia, além de custar incomparavelmente menos. Mas os habitantes da região não produzem minérios para exportar.

A opção pela ferrovia em detrimento da hidrovía atesta a orientação das decisões que estão sendo tomadas e o que esperam da região os gerentes do modelo. Esperam que ela produza dólares a qualquer preço, mesmo que seja à custa do agravamento de seus problemas, ecológicos ou sociais. A conclusão já não é privilégio apenas dos que combatem a maneira de ocupar a Amazônia. No segundo semestre de 1983, os empresários do Pará divulgaram um documento no qual indagam: "Que interesse existe em

se realizar somente grandes projetos econômicos se a sociedade regional fica cada vez mais pobre, acumulando-se os adensamentos humanos nas periferias e nas baixadas das grandes, médias e até mesmo pequenas cidades amazônicas?"

Feito pelos paraenses, beneficiados com a implantação em seu território da maioria dos projetos econômicos, o questionamento adquire ainda maior significado. Durante os últimos quatro anos, o Pará proporcionou ao país um saldo de divisas no valor de aproximadamente um bilhão de dólares. Até o final da década, os incrementos nesse saldo serão exponenciais: em 1990, o estado exportará entre um e meio e dois bilhões de dólares ao ano.

Mas qual o preço de tudo isso? Poderiam ser apresentadas as estatísticas sociais sobre queda da renda individual, evasão de tributos, mortalidade infantil, desnutrição, inchamento das cidades, desemprego e subemprego, desmatamento, conflitos no campo ou sobre a perda do poder de decisão local, que torna os amazônidas meros espectadores do que acontece em sua terra. De todos os números utilizáveis, resulta a conclusão de que a Amazônia sairá empobrecida desse esforço de produção.

O dólar que entra na balança comercial dos paraenses, por exemplo, é ficção: ele é apenas escriturado para efeito contábil. O dinheiro é como um buerangue, e volta às mãos de quem o arremessou. Ficando o dólar lá fora, as aplicações em cruzeiro são todas dirigidas em favor dos empreendimentos que vão gerar mais dólares. Os estados e os municípios são impedidos de arrecadar os tributos que alimentam suas máquinas administrativas, porque os projetos exportadores são isentos de impostos. Mas as administrações locais são induzidas a usar seus poucos recursos para estes mesmos projetos: mesmo quando a infra-estrutura é montada pelo governo federal, sempre sobram problemas para resolver. O que é fácil de explicar: os investimentos são todos dirigidos para a atividade diretamente produtiva e os instrumentos que lhe dão apoio. Os efeitos indiretos que provoca são ignorados.

A Amazônia, assim, é solução apenas para a sobrevivência de um modelo que lhe foi imposto à força e que está na origem dos enormes problemas vividos pela nação. Para responder a esse modelo, porém, a Amazônia não será a fronteira para novos experimentos: servirá tão-somente de cenário para a repetição de velhos problemas.